



**País deve ter 60 milhões de pessoas com mais de 65 anos em 25 anos. Tema foi discutido no X Fórum Nacional de Seguro de Vida e Previdência Privada**

Passada a experiência atípica da pandemia da covid-19, em que o mercado de seguros de vida e previdência privada teve atuação emergencial, pagando mais de R\$ 7 bilhões em indenizações por morte decorrentes da doença, as seguradoras agora voltam a uma certa normalidade, mas de olho num desafio futuro importante: o aumento da expectativa de vida e o envelhecimento da população.

O tema foi discutido na décima edição do Fórum Nacional de Seguro de Vida e Previdência Privada, realizado pela Federação Nacional de Previdência Privada e Vida – Fenaprevi no último dia 1º e mobilizou as discussões no painel de abertura.

A crise da covid-19 foi inesperada e mesmo assim o setor atuou de forma incisiva, pagando mais de R\$ 7 bilhões em indenizações por mortes decorrentes da doença, o que não era obrigação legal das seguradoras. “A pandemia demandou muita adaptação não só para manter as atividades, como também exigiu a tomada de decisões históricas visando proteger os clientes e ainda ajudar a movimentar a economia do País”, disse na ocasião o presidente da Fenaprevi, Edson Franco. A experiência foi importante e, como pontuou o presidente do Conselho de Administração do Banco Bradesco, Luiz Carlos Trabuco Cappi, é por meio dela que se garante “previsibilidade do setor”. “Por isso não se pode apenas olhar para a conjuntura atual para analisar o setor de previdência e poupança de longo prazo”, afirmou.

É em nome dessa previsibilidade, portanto, que o setor deve observar o fenômeno da população

mais velha. “Em 25 anos teremos 60 milhões de pessoas com mais de 65 anos, logo, o pacto intergeracional foi quebrado”, lembrou o presidente do Conselho da seguradora MAG, Nilton Molina. O pacto intergeracional a que Molina se refere pressupõe que as pessoas mais jovens, em tese mais saudáveis, paguem um pouco a mais do que seria indicado pelo seu perfil de uso dos serviços de saúde, ao passo que os beneficiários nas últimas faixas etárias paguem um pouco menos. Some-se a isso a queda da natalidade no País.

“Tudo isso exige repensar as formas de sustentação econômica para um futuro onde a maior parte da população economicamente ativa será de idosos”, alertou Molina. Para ele, a importância do setor está também em prover a sociedade economicamente, uma tendência irremediável nesse cenário. “Somos nós, profissionais de seguro de pessoas, que vamos prover a sociedade. E essa não é uma esperança, essa é uma certeza”, disse.

Na mesma linha, Trabuco destacou também a função social do seguro de vida, exemplificando o amparo dado a famílias que perdem o provedor do lar repentinamente. “Para que o setor permaneça forte e possa continuar provendo em situações como essa, é importante observar os ciclos econômicos e se preparar para lidar com essas mudanças”, finalizou.

### **Tecnologia com segurança jurídica**

Na mesma linha da previsibilidade, o membro do Conselho Curador da Fundação Itaú Unibanco de Educação e Cultura, Osvaldo do Nascimento, destacou os avanços da Lei Complementar 109, que regulamenta as previdências aberta e fechada, sobretudo a transparência nos produtos e a melhora no respeito nas relações com o consumidor. E chamou a atenção para a necessidade de modernizar a regulamentação junto à Susep e demais órgãos reguladores para que o setor possa se adaptar às novas tecnologias com segurança jurídica. “A estabilização das regras tributárias também será importante, visto que após as reformas vindouras, teremos algumas assimetrias, coisa que impacta um setor que trabalha com o longo prazo, como o nosso”, concluiu.

**Fonte:** Fenaprevi, em 16.09.2022.